

KIT-ANTIOMOFOBIA: QUAL REAL MOTIVO DA SUSPENSÃO?

Leticia Calhau Freitas¹

Elioneide Cardoso Cruz²

Resumo

Notícias em meios de comunicação, relatos de experiências de professores e alunos sobre a violência e o preconceito contra jovens e adultos, quando se trata de diversidade sexual e de gênero, têm sido uma constante no Brasil. Neste contexto, no ano de 2011, foi criado o projeto “Escola sem Homofobia”, financiado pelo Ministério da Educação (MEC), com participação de organizações da sociedade civil e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Este programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT tem como objetivo promover a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e a discriminações homofóbicas, respeitando as especificidades de cada um desses grupos populacionais. No entanto, toda esta iniciativa teve sua interrupção no ano de 2011, quando o kit anti-homofobia foi suspenso, com a justificativa de que o material audiovisual seria inadequado para uso em sala de aula, com o público previsto. Desde então, pouco se avançou em ações de educação nas escolas sobre a diversidade sexual. Ainda em 2011, o retorno dado pelo Ministério da Educação à sociedade sobre o projeto foi de que o material seria revisto e sua distribuição aconteceria no mesmo ano, situação que não aconteceu. Sendo assim, é buscando respostas para compreender os reais motivos que levaram à interrupção desse projeto, que esta pesquisa tem como objetivo avaliar através de uma análise documental as razões pelas quais o Caderno Escola sem Homofobia e o kit de ferramentas educacionais não foram distribuídos e aplicados na formação de professores da rede pública, desde a sua conclusão em 2011. Como metodologia para essa pesquisa, utilizaremos o documento de bases para o Projeto *Escola sem Homofobia*, documentos do KIT anti-homofobia, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, no item Temas Transversais: orientação sexual.

¹ Pesquisadora convidada do Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação – LaPEADE – UFRJ. E-mail: lecalhau@gmail.com

² Mestranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: elicruzcardoso@gmail.com

Palavras chave: diversidade sexual; educação; homofobia; orientação sexual; preconceito.

Introdução

Em um mesmo ano, 2011, duas manchetes, com um mês de diferença entre elas, coloca em discussão questões polêmicas e desafiadoras: como trabalhar diversidade e orientação sexual, sem que os discursos normalizadores sejam repetidos. Como introduzir no contexto escolar novos discursos quando se trata de sexualidade e corpo? Como combater o preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero, se na escola os discursos são controlados e orientados pelo Estado?

“Agora, um novo recorde: de acordo com os dados apresentados na manhã de hoje (04.04.2011), pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o número de assassinatos de homossexuais, travestis e lésbicas aumentou em 31,3% no ano de 2010, se comparado com os números de 2009 - com 260 casos.” (Revista JusBrasil, abril de 2011).

“Dilma Rousseff manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro. Segundo Gilberto Carvalho, presidente achou vídeo 'inapropriado'. Bancadas religiosas haviam ameaçado convocar Palocci. Após protestos das bancadas religiosas no Congresso, a presidente Dilma Rousseff determinou nesta quarta-feira (25) a suspensão do "kit anti-homofobia", que estava sendo elaborado pelo Ministério da Educação para distribuição nas escolas, informou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.” (G1, maio de 2011).

A segunda notícia faz referência ao material que virou tema de pauta de muitos canais de informação, de polêmica entre políticos e de total descaso e desinformação por parte do MEC. O chamado Kit anti-homofobia foi criado como uma das frentes de trabalho do Projeto Escola Sem Homofobia. Seu papel deveria ser de atuar para o esclarecimento sobre as diversidades sexuais e de gênero, sobre a equidade de direitos entre os gêneros e diminuição de conflitos pelo preconceito. O material estaria voltado para o trabalho com professores, outros funcionários e alunos. Sua distribuição foi suspensa, e sua aprovação foi submetida a um comitê de publicações do MEC, em 2011, mesmo após ter sido aprovado pela comissão que coordenava o projeto. As justificativas e os argumentos não ficaram claros, e eles são de diferentes ordens, desde opinião pessoal até disputas ideológicas e religiosas de políticos. A suspensão do Kit fez com que o Projeto *Escola Sem Homofobia* não cumprisse com seus propósitos.

“As políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos” (LOURO, 2004^a, p. 130). Este fato nos leva a refletir e analisar por que políticas e projetos voltados para a “orientação sexual” nas escolas, com discursos diferentes dos já legitimados nestes ambientes, são impedidos de circular ou deixados de lado. Com essa proposta de reflexão, faremos uma apresentação do material que compõe o Kit, das referências dos PCNs à chamada orientação sexual, e complementaremos com alguns materiais anexos (requerimento de esclarecimento, dados de pesquisa sobre Políticas Públicas em prol da população LGBT, posicionamento das instituições envolvidas na elaboração do material).

Parâmetros Curriculares Nacionais – orientação sexual como tema transversal nos currículos.

De acordo com os PCN, os temas transversais devem servir para trabalhar questões e situações marcantes da realidade brasileira, e incentivar práticas que possibilitem a participação construtiva de crianças, adolescentes e jovens na sociedade. No Ensino Fundamental, eles devem servir para capacitar alunos para que possam eleger critérios de ação pautados na justiça, rejeitando qualquer tipo de injustiça, quando se fizer presente, assim como criar formas não violentas de atuação nas diferentes situações da vida.

Portanto, segundo as referências dos PCN, o trabalho com o tema transversal “orientação sexual” também deveria servir para trabalhar, por meio de debate aberto, com questões atuais e para capacitar os indivíduos para escolhas pautadas na justiça, para a contribuição construtiva na sociedade, para o exercício da cidadania e também para rejeição de qualquer tipo de violência.

Diferente desta orientação, o que encontramos, muitas vezes, é um cenário de omissão para o debate de diferentes culturas, identidades e comportamentos. A rejeição ao tema é visível em muitas instituições, seja por insegurança da coordenação pedagógica da escola, seja por pressão da comunidade e famílias, ou mesmo por desconforto dos próprios professores. Como a sexualidade pode deixar de ser um tabu dentro das escolas? Reconhecer que os alunos têm direito ao corpo e sua sexualidade é fundamental para o trabalho efetivo e significativo na escola.

Segundo o educador Paulo Freire, o pensar certo implica compromisso com mudança da ingenuidade à criticidade. Comprometer-se é uma atitude afetiva que envolve o outro no processo de conscientização e de politização. Compromisso é coisa assumida com liberdade, e não como obrigação. O que apela e se expressa em nós como uma exigência profunda é a mobilização irresistível pelo cuidado com o outro, com a vida do outro que desabrocha para o reconhecimento real do mundo. Trata-se do momento originário da ética, momento do face a face diante do oprimido, do alienado pela ideologia dominante, do dominado politicamente, do explorado economicamente.

As sexualidades não são incentivadas ou mesmo provocadas ao se trabalharem essas temáticas em sala de aula; elas existem e são negadas pela cultura de silêncio e omissão diante das manifestações e brincadeiras “sexuais”. O professor, a direção e os profissionais envolvidos na área do ensino têm como papel a conscientização de que a sexualidade é uma dimensão da vida humana e que crianças, adolescentes e jovens também participam do processo de descoberta de si mesmo.

A sexualidade gera nos alunos grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas. Suas manifestações são espontâneas, acontecem inevitavelmente e os professores precisam estar preparados para lidar com elas. A atitude de acolhimento a essas expressões e de disponibilidade para ouvir e responder é fundamental para o trabalho que aqui se propõe. O trabalho de Orientação Sexual se dará, portanto, dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. (PCN, Orientação sexual, p. 308)

Impedir que crianças, adolescentes e jovens se manifestem de forma criativa diante de suas sexualidades é negar mais um espaço, mais uma possibilidade de troca, de esclarecimentos sobre uma dimensão tão importante para a saúde humana. Não falar sobre o assunto é ignorar a dignidade, as necessidades destes alunos e indivíduos e empobrecer a formação humana.

Manifestações da sexualidade associadas à agressividade são indicadores da necessidade de discutir abertamente um assunto que causa ansiedade, desperta dúvidas e expressa uma nova vivência para eles, a do relacionamento sexual. Vergonhas, risos encabulados e principalmente a saída para a “gozação” são reações também muito comuns entre adolescentes, quando se coloca em pauta a questão sexual. Há, ainda, muitos que se calam, sentindo-se incapazes de expressar uma opinião a respeito dos assuntos relacionados à sexualidade. Isso acontece até com alunos e alunas que têm participação ativa nas aulas e na vida escolar, de modo geral. Todas essas reações indicam as dificuldades para lidar com o tema, o medo de errar, de não ser “normal”, da opinião alheia. São difíceis porque se referem a coisas íntimas, que dizem respeito a cada adolescente, sem exceção. Criar espaços para o debate é o que pode ajudar os jovens a passar por essa fase com menos angústias e turbulências, e sem precisar

armar uma couraça protetora/repressora ou transformar a sexualidade em expressão de rebeldia. (PCN, Orientação sexual, p. 301)

Mais uma vez, encontramos nos Parâmetros Curriculares Nacionais a defesa de que o discurso sobre a sexualidade pode auxiliar na construção das identidades, no acolhimento das diferenças, na diminuição da angústia de alguns alunos e alunas por não “se encaixarem”, por não se identificarem com os comportamentos ditos “normais”. Falar sobre o assunto pode auxiliar na construção de ambientes escolares que representem segurança, respeito e acolhimento às diferenças culturais e identitárias.

Sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso pode levar a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso. (LOURO, 2004b, p. 72 e 2004c, p. 28)

Como educar para a complexidade do mundo, como promover a humanização e a criatividade humana, ignorando aspectos da vida tão importantes como corpo e sexualidade? Guacira Lopes (2004) fala sobre aqueles viajantes que, na jornada, poderão desviar dos caminhos e itinerários considerados “corretos”. Como trabalhar a sexualidade sem excluir aqueles que se desviam do que culturalmente foi considerado como padrão? Um dos pontos principais é trabalhar com o discurso baseado na riqueza e valorização da diversidade humana, na equidade de direitos, na importância dos afetos para a humanização, o papel do respeito à dignidade e às diferenças de identidades.

De acordo com as experiências bem-sucedidas com Orientação Sexual em escolas que realizam esse trabalho apontam para alguns resultados importantes: aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade) e aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. Quanto às crianças menores, os professores relatam que informações corretas ajudam a diminuir a angústia e a agitação em sala de aula. No caso dos adolescentes, as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia, para tornar-se assunto de reflexão. (PCN, Orientação sexual, p. 300).

De acordo com os PCN, o tema Orientação Sexual deve ser abordado nos ciclos do Ensino Fundamental. A abordagem é orientada de acordo com o que se considera necessidade para cada faixa etária. Crianças terão atividades voltadas para o reconhecimento do corpo e suas curiosidades; adolescentes terão acesso às questões voltadas para a sexualidade, no autoconhecimento, cuidado e troca com seus pares.

Crêterios de sele o e blocos de conteúdos para Orienta o Sexual – PCN

Como já vimos, os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem a necessidade de se abordar a questão das sexualidades e do corpo na escola, seja na programaa o de disciplinas, seja como abordagem de questões que surgem espontaneamente pelos alunos. Para que isso acontea nas institui es escolares, os PCN orientam os cr terios, parâmetros e blocos de conteúdos.

O trabalho com Orienta o Sexual supõe refletir sobre e se contrapor aos estereótipos de gênero, raa, nacionalidade, cultura e classe social ligados   sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discrimina es associadas a expressões da sexualidade, como a atra o homo ou bissexual, e aos profissionais do sexo.

Assim, buscou-se selecionar os conteúdos segundo os seguintes cr terios:

- relevância sociocultural, isto  , conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual;
- considera o às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal;
- possibilidade de conceber a sexualidade de forma prazerosa e responsável.

A partir dos cr terios descritos, os conteúdos foram organizados em três blocos:

- Corpo: matriz da sexualidade;
- Rela es de G nero;
- Preven o das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids.

A partir dos cr terios de escolha e os eixos norteadores para a abordagem da temática de Orienta o Sexual, fica evidente que os PCN consideram a importância de se falar de sexualidades, corpo e g neros na perspectiva da forma o humana para a diversidade e para a cidadania.

Apresentando o Projeto *Escola Sem Homofobia* e o Kit

Antes de falar do veto ao Kit anti-homofobia, é importante para nós situar o material dentro do Projeto *Escola Sem Homofobia*. O Projeto *Escola Sem Homofobia*, apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECADI), tem como objetivo “contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (Nota Oficial sobre o KIT, 2011). O Projeto foi planejado e executado em parceria entre a rede internacional Global Alliance for LGBT Education (GALE); a organização não governamental Pathfinder do Brasil; a ECOS; a Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva; e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

Os Produtos do Projeto Escola Sem Homofobia se dividem em duas frentes, a primeira consiste em um conjunto de orientações para políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia dentro do sistema educacional. A segunda frente de atuação é a criação e a incorporação de estratégias de comunicação para trabalhar as diversidades sexuais de forma mais consistente e justa em contextos educativos.

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. (PCN, Orientação sexual, p. 301)

Um dos dois desdobramentos da segunda frente de trabalho do Projeto *Escola Sem Homofobia* foi a criação do KIT didático contra a homofobia.

O kit é composto de:

- um caderno;
- uma série de seis boletins (Boleshs);
- três audiovisuais com seus respectivos guias;
- um cartaz;
- cartas de apresentação para o/a gestor(a) e para o/a educador(a).

A segunda ação desse trabalho de comunicação seria a formação de professores para uso do material didático.

A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos. A postura dos educadores precisa refletir os valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados. (PCN, Orientação sexual, p. 302).

Objetivos da construção dos materiais informativos contra homofobia:

- alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionem para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentem a homofobia;
- promover reflexões, interpretações, análises e críticas acerca de algumas noções que frequentemente habitam as escolas com tal “naturalidade” ou que se naturalizam de tal modo que se tornam quase imperceptíveis, no que se refere não apenas aos conteúdos disciplinares como também às interações cotidianas que ocorrem nessa instituição;
- desenvolver a criticidade infanto-juvenil relativamente a posturas e atos que transgridam o artigo V do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”;
- divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos e às leis contra a discriminação em seus diversos âmbitos;
- cumprir as diretrizes do MEC; da SECAD; do Programa Brasil sem Homofobia; da Agenda Afirmativa para Gays e outros HSH e Agenda Afirmativa para Travestis do Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de AIDS e das DST entre Gays, HSH e Travestis; dos Parâmetros Curriculares Nacionais; do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT; do Programa Nacional de Direitos Humanos III; das deliberações da 1ª Conferência Nacional de Educação; do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e outras.

Postas estas informações, voltamos à nossa questão principal; qual é o real motivo para a suspensão do material didático que compõe o Kit? O pedido de suspensão do material partiu da Presidenta Dilma, após reunião com políticos que consideraram a abordagem do material tendenciosa e contra os costumes e moral religiosos. A avaliação

de inadequação foi referente ao material audiovisual Um dos argumentos no período da polêmica foi o conteúdo dos três materiais audiovisuais. Segue fala da Presidenta Dilma sobre o material: “Não será permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais. De nenhuma forma, poderemos intervir na vida privada das pessoas”.

Segundo Secretário Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, o material foi analisado pela Presidenta, que o considerou impróprio: “A presidenta tem suas convicções e considerou o material inadequado”.

Com a necessidade de entendimento da crítica aos vídeos, analisamos o conteúdo e o discurso do material, que não revela nenhum discurso que incentive sexualidades ou comportamentos sexuais, mas revela outras possibilidades de identidades de gênero, sexualidades e as possibilidades dentro das diversidades.

Seguem as descrições, baseadas em notas oficiais sobre o Projeto *Escola sem Homofobia*.

Audiovisuais

a) DVD Boneca na Mochila (Versão em LIBRAS).

Baseado em história verídica, mostra um motorista de táxi que conduz uma mulher aflita chamada a comparecer à escola onde seu filho estuda, apenas porque o flagraram com uma boneca na mochila. Durante o caminho, casualmente, o rádio do táxi está sintonizando um programa sobre homossexualidade que, além de noticiar o fato que ocorre na escola onde estuda o menino em questão, promove um debate com especialistas em educação e em psicologia, a respeito do assunto.

b) DVD Medo de quê?

Desenho animado que promove uma reflexão crítica sobre como as expectativas que a sociedade tem em relação ao gênero influenciam a vivência de cada pessoa com seus desejos, mostrando o cotidiano de personagens comuns na vida real. O formato desenho animado, sem falas, facilita sua exibição para pessoas de diferentes contextos culturais, independente do nível de alfabetização dos/das espectadores(as). Medo de quê? Em geral, as pessoas têm medo daquilo que não conhecem bem. Assim, muitas vezes alimentam preconceitos que se manifestam nas mais variadas formas de discriminação. A homofobia é uma delas.

c) Audiovisual Torpedo

Audiovisual que reúne três histórias que acontecem no ambiente escolar: Torpedo; Encontrando Bianca e Probabilidade.

Torpedo – animação com fotos, que apresenta questões sobre a lesbianidade através da história do início do namoro entre duas garotas que estudam na mesma escola:

Encontrando Bianca – por meio de uma narrativa ficcional em primeira pessoa, num tom confessional e sem autocomiseração, como num diário íntimo, José Ricardo/Bianca revela a descoberta e a busca de sua identidade de travesti.

Probabilidade – com tom leve e bem-humorado, o narrador conta a história de Leonardo, Carla, Mateus e Rafael. Leonardo namora Carla e fica triste quando sua família muda de cidade. Na nova escola, Leonardo é bem recebido por Mateus, que se torna um grande amigo. Mas ele só compreende por que a galera fazia comentários homofóbicos a respeito dele e de Mateus quando este lhe diz ser gay. Um dia, Mateus convida Leonardo para a festa de despedida de um primo, Rafael, que também está de mudança. Durante a festa, Leonardo conversa com Rafael e, depois da despedida, fica refletindo sobre a atração sexual que sentiu pelo novo amigo que partia.

Pesquisas sobre aceitação do tema na escola

O estudo “Revelando Tramas, Descobrimos Segredos: Violência e Convivência nas Escolas”, publicado em 2009 pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, baseada em uma amostra de 10 mil estudantes e 1.500 professores(as) do Distrito Federal, apontou que 63,1% dos entrevistados alegaram já ter visto pessoas que são (ou são tidas como) homossexuais sofrerem preconceito; mais da metade dos/das professores(as) afirmam já ter presenciado cenas discriminatórias contra homossexuais nas escolas e 44,4% dos meninos e 15% das meninas afirmaram que não gostariam de ter colega homossexual na sala de aula.

A pesquisa “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, também publicada em 2009, baseou-se em uma amostra nacional de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, e revelou que 87,3% dos entrevistados têm preconceito com relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Pareceres favoráveis ao Kit didático

O kit educativo foi avaliado pelo Conselho Federal de Psicologia, pela UNESCO e teve parecer favorável destas instituições. Recebeu o apoio declarado do Centro de Educação Sexual (CEDUS), da União Nacional dos Estudantes, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, e foi objeto de uma audiência pública promovida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, cujo parecer também foi favorável. Ainda, teve uma moção de apoio aprovada pela Conferência Nacional de Educação, da qual participaram três mil delegados e delegadas representantes de todas as regiões do país, estudantes, professores e demais profissionais da área.

“Os materiais apresentados para o Projeto Escola Sem Homofobia estão adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam, com linguagem contemporânea e de acordo com a problemática enfrentada na escola na atualidade: a produção de agressões físicas ou psicológicas de pessoas ou grupos que são intimidados e/ou coagidos pelos poucos recursos de defesa apresentados em alguns momentos, ambientes e situações. O fenômeno da violência escolar é marcado com maior índice e frequência pela homofobia, entre outras formas de violências, o que justifica abordar o tema de forma comprometida, possibilitando o enfrentamento nos espaços que promovem torturas, em especial as de âmbito pedagógico e psicossociológico. É notório o cuidado didático-pedagógico e a qualidade visual com que foi criado e desenvolvido todo o conjunto educacional apresentado no kit – vídeos, livretos, cartilhas, boletins com temas específicos e panfletos. Trata-se de uma produção densa, cuidadosa, bem articulada, com recurso de acessibilidade e dinâmicas para pessoas com deficiência visual e auditiva. Representa material de vanguarda, pois são instrumentos de capacitação e formação continuada para o próprio professor, no sentido de referendar políticas educacionais e de saúde adotadas em âmbito nacional.

O Kit reforça a atenção e o cuidado com os temas transversais da educação nas relações de ensino-aprendizagem, como no caso do respeito à diversidade sexual.” (Parecer sobre Kit antihomofobia, Conselho Federal de Psicologia, 2011).

Conclusões

Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza. Temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. As pessoas querem ser iguais, mas querem respeitadas suas diferenças. Ou seja, querem participar, mas querem também que suas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas. (Boaventura de Sousa Santos)

A sexualidade é, sem dúvida, uma instância privada da vida de cada indivíduo, e deveria ser vivida com liberdade e segurança. Porém, com repetidas ações, a liberdade em relação às diferentes formas de viver a sexualidade tem sido tolhida pelo exercício do poder de diferentes instituições. Há 25 anos, a homossexualidade deixou de ser considerada doença pela Organização Mundial de Saúde, porém, falar de diferentes comportamentos sexuais ainda é uma questão delicada, e seu discurso ainda está subjogado ao controle pelas instituições de poder. Estas instituições decidem onde, como e quais discursos podem ser usados. O que questionamos aqui é com quais argumentos esse controle ainda tem tido poder sobre os novos discursos e culturas evidentes na sociedade.

Educar para a diversidade é um demanda urgente; promover debates sobre a cidadania e direitos humanos tem sido uma necessidade mundial para a manutenção da vida humana. A proposta do MEC no âmbito do Programa Nacional Brasil sem Homofobia foi criar materiais didáticos e educativos para trabalhar as diferentes manifestações da sexualidade e a convivência respeitosa das diferentes identidades na microesfera social que é a escola. Os materiais estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais que orientam e apoiam o trabalho sobre orientação sexual, a fim de orientar para a vida sexual “saudável”, o conhecimento do corpo e para o fim de qualquer tipo de preconceito. As classificações etárias dos vídeos que compõem o kit foram feitas seguindo todos os critérios e regulamentos, portanto, não são consideradas prejudiciais ou inadequadas ao público previsto.

(...) falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhe escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso. (FOUCAULT, 1997)

Sendo assim, o que concluímos neste artigo é que a ausência de argumentos técnicos para a suspensão do Kit educativo criado pelo MEC reforça a postura de negação das diferenças e o discurso apenas de tolerância e não violência. Que a ausência de novos discursos na educação reforça a negação de outras possibilidades de viver os gêneros e sexualidades, e gera a negação ao direito de inserção, ao reconhecimento e autoestima de muitos indivíduos.

Pude verificar com o levantamento de dados para essa pesquisa que a falta de informação e, principalmente, de conhecimento sobre o assunto gera mais polêmicas e preconceitos na sociedade. As interpretações e divulgações deturpadas sobre o material didático nos meios de comunicação fomentou mais rejeição por parte de famílias, e profissionais ligados à educação. Conteúdos que nunca fizeram parte do *Kit Antihomofobia* foram divulgados como pertencentes ao grupo de material, atribuindo valor de incentivo ou estímulo a práticas sexuais. Portanto, torna-se fundamental falar do assunto com abertura e clareza, justificar sua importância no cenário educacional, em função do número de alunos que deixam a escola em função da rejeição e violência.

Enquanto a escola ainda for lugar de discursos controlados e normalizadores, de padrões de comportamentos, da vigília e controle do corpo, continuaremos ignorando as diferenças, rejeitando os que ficam à margem dos padrões e alimentando violências (física e simbólica) pela omissão e descaso. Se permanecermos preservando a boa “ordem” das rotinas escolares, evitando os temas difíceis e seguindo apenas currículo “obrigatório”, evitando o desgaste de tratar de questões que não possuem resposta certa ou fórmula perfeita, estaremos contribuindo para a cegueira da sociedade diante às questões das sexualidades e para o controle externo de nossos corpos, pensamentos e desejos.

Referências bibliográficas

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2004a (1. ed.: 1997).

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

SANTOS, BOAVENTURA. de S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SITE INCLUSIVE. Nota oficial sobre o Kit Antihomofobia, 2011. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=18368>. Acesso em 17/05/15.

SITE CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parecer sobre Kit Antihomofobia do Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/633>. Acesso em 17/05/15.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Preconceito e discriminação no ambiente escolar, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em 17/05/15.